

RESENHA CRÍTICA SOBRE RUDOLF BULTANN

BULTMANN, Rudolf. *Jesus Cristo e Mitologia*. São Paulo: Novo Século, 2003.

*Tiago Abdalla T. Neto**

O livro de Rudolf Bultmann *Jesus Cristo e Mitologia* é uma coletânea de palestras proferidas em diversas faculdades e universidades, muita delas situadas no continente norte-americano.¹ A obra é concisa, mas explica e defende importantes pontos da hermenêutica da desmitologização,² proposta por Bultmann, em sua abordagem do Novo Testamento (NT). Dentro disso, questões como escatologia, mito e história, existencialismo filosófico e revelação são tratadas pelo autor.

No primeiro capítulo do livro (p. 11-18), procura-se mostrar a concepção, tanto de Jesus quanto da comunidade cristã primitiva, de que o reino de Deus se constituía num grande drama cósmico escatológico, que traria o julgamento sobre os injustos e inauguraria o novo tempo de felicidade para os justos. Tal perspectiva é entendida por Bultmann como mitológica e antiga, portanto, totalmente incompreensível para o homem moderno, o qual possui uma concepção de mundo científica e enxerga os eventos como uma relação de causa e efeito. Assim, ele propõe a necessidade e possibilidade de se interpretar o significado mais profundo por trás das concepções mitológicas da pregação neotestamentária, a fim de que esta continue a ser relevante para o homem moderno.

Sem dúvida, é importantíssima a percepção de Bultmann acerca da distinção entre a cosmovisão da época dos autores bíblicos e da era moderna. Qualquer método hermenêutico bíblico que se preze, precisa compreender o abismo histórico, científico e cultural interposto entre o leitor moderno e o autor bíblico. Além disso, o autor destaca com propriedade a necessidade de se perceber qual a relevância da mensagem do NT para o mundo de hoje. Isto, certamente, é uma resposta à escola da “história das religiões”, a qual por meio do método histórico-crítico se preocupava em compreender o passado sem dar

¹ BULTMANN, Rudolf. *Jesus Cristo e Mitologia*. São Paulo: Novo Século, 2003. p. 7.

² *Idem*. p. 37

importância ao seu relacionamento com o presente.³ Ele demonstra sensibilidade e perspicácia, ao questionar o uso meramente ético da mensagem de Jesus e, também, em reconhecer que há algo mais na pregação do reino de Deus além de sua redução ao evangelho social. Tais observações confrontam diretamente o liberalismo teológico, especialmente as propostas de Schleiermacher, Ritschl e Harnack que reduziram o cristianismo à ética do amor e justiça, e à preocupação com questões sociais.⁴

Em contraparte, a ligação direta que o autor faz do conceito de reino de Deus escatológico de Jesus com os círculos judaicos de sua época requer consideração. A única distinção que Bultmann faz entre as duas perspectivas escatológicas, diz respeito aos detalhes das descrições apocalípticas, presentes nos escritos judaicos, mas ausentes na mensagem de Jesus. Com exceção disto, para Bultmann, Jesus “não deixou de participar da expectativa escatológica de seus companheiros”.⁵ Porém, o autor falha em não observar que há diferenças profundas por trás das semelhanças superficiais.

Uma delas é a perspectiva exclusivista refletida nos escritos apocalípticos judaicos, pós-exílicos, a respeito do reino de Deus como pertencente a Israel e que promove sua soberania sobre as demais nações (Ver Assunção de Moisés 10.8-10; Jubileu 15.31; 31.7-17). Enquanto isso, o reino de Deus proclamado por Jesus requer o arrependimento e confiança nas boas novas do reino por parte de todos, sejam judeus ou gentios (Mc 1.15; 10.15; Lc 5.27-32). Os próprios filhos naturais do reino poderão ficar fora dele, ao passo que muitos gentios entrarão e participarão de seu banquete (Mt 8.11-12).

Outro exemplo que revela uma diferença marcante entre o judaísmo e a mensagem de Jesus é o conceito messiânico. Para o judaísmo, o Messias possui um caráter fortemente político (cf. Salmos de Salomão 17.21ss; 4 Edras 7.26ss; Apocalipse de Baruque 72ss), em nada se assemelhando ao Servo Sofredor, proclamado e vivenciado por Jesus, que dá a sua vida como resgate de muitos (Mt 20.28; Mc 8.29-31; 10.45).

³ HASEL, Gerhard. *Teologia do Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Academia Cristã, 2007. p. 329-330.

⁴ Ver síntese do pensamento destes teólogos em OLSON, Roger. *História da Teologia Cristã*. São Paulo: Vida, 2001. p. 557-568.

⁵ BULTMANN, Rudolf. *Op cit.* p. 12.

O significado da mitologia desenvolvido por Bultmann, ainda no primeiro capítulo, requer avaliação e crítica. Especialmente, por igualar a visão mitológica antiga com a cosmovisão bíblica:

A mitologia ... Crê que o mundo e a vida humana têm seu fundamento e seus limites em um poder que está mais além de tudo aquilo que podemos calcular ou controlar. A mitologia fala deste poder de forma inadequada e insuficiente, porque o considera um poder humano. Fala de deuses, que representam o poder situado mais além do mundo visível e compreensível...

Tudo o que acontece é igualmente válido para as concepções mitológicas que se dão na Bíblia.

Os evangelistas, inclusive João, não parecem retratar a vida e obra de Jesus de Nazaré em termos míticos ou simbólicos. Sua preocupação é mostrar que são testemunhas reais ou pesquisadores de um evento que se deu no tempo e espaço, passível de constatação humana. Lucas, no início de seu evangelho, ressalta que sua obra é fruto de investigação cuidadosa acerca dos fatos ocorridos durante a vida, morte e ressurreição de Jesus (Lc 1.1-4). João mostra que a visão humana do primeiro século não era exclusivamente mitológica como Bultmann afirma, pois, diante do anúncio acerca da ressurreição de Jesus pelos discípulos, Tomé demonstra um ceticismo digno do homem moderno (Jo 20.24-25) e só crê quando se depara com o fato diante de seus olhos (20.26-29).

No Novo Testamento, a Primeira Carta de João tem como um dos focos principais refutar a perspectiva mitológica do gnosticismo incipiente e, para isso, o apóstolo descreve Jesus como um ser humano histórico, capaz de ser visto, ouvido e apalpado (1 Jo 1.1-4). Quando Paulo afirma a ressurreição física de Cristo, não deixa espaço para a idéia de mito, mas, fundamenta este fato no testemunho de várias pessoas que se encontraram com o Jesus ressurreto (1 Co 15.3-8). Igualar a perspectiva mítica de religiões antigas à cosmovisão do *kerygma* bíblico é um equívoco grotesco.

No segundo capítulo do livro (p. 19-28), o autor desenvolve o significado da escatologia neotestamentária, traçando paralelos e distinções entre o pensamento bíblico e o grego. Como resultado, Bultmann destaca que dentro do pensamento escatológico cristão se encontra a concepção de que este mundo carece de valor, por causa da maldade humana e devido ao juízo iminente de Deus. Assim, os homens são chamados ao arrependimento e ao cumprimento da vontade de Deus, na expectativa da felicidade futura e eterna, após a

morte, que trará liberdade do pecado e comunhão serena com Deus. Para o autor do livro, tal perspectiva é entendida como mitológica, cujo sentido mais profundo significa estar aberto ao futuro de Deus para cada ser humano, o qual será de juízo para aqueles que se prendem a este mundo e não se abrem ao futuro divino.

A desmitologização da escatologia bíblica implica em ver o reino escatológico em seu início na vinda de Jesus e como um acontecimento presente. Assim, Bultmann entende que tanto Paulo, de modo parcial, e João, de maneira radical, iniciaram este processo hermenêutico em seus escritos. No capítulo seguinte (p. 29-35), de modo mais específico, propõe-se a demonstração da diferença entre a visão bíblica, que cria em milagres mediante a intervenção direta do sobrenatural sobre o mundo natural, e a perspectiva moderna que busca compreender os acontecimentos do mundo de forma racional, indagando a respeito de suas causas e recorrendo aos resultados das diversas ciências.

O autor chega à conclusão de que é necessário abandonar a visão de mundo mitológica bíblica, a fim de perceber a importância de seu sentido mais profundo, o qual consiste num chamado ao homem moderno para que abandone toda a segurança em suas próprias capacidades e recursos científicos e se disponha a encontrá-la somente em Deus. Assim, diante da invisibilidade e incompreensibilidade de Deus no âmbito do mundo e pela razão humana, a fé consiste em estar aberto para encontros existenciais e pessoais com Deus, o qual permanece um mistério.

As observações e propostas de Bultmann nestes dois capítulos, resumidos acima, mostram-se deficientes em alguns pontos. Primeiramente, não se pode dizer que Paulo e João iniciaram o processo de desmitologização da pregação escatológica de Jesus, pois, ainda que enxergassem certos acontecimentos ocorridos com Cristo e a partir de sua ressurreição como cumprimento das esperanças proféticas, isso não os levou a descartar a cosmovisão bíblica de milagres e da ação do sobrenatural neste mundo. É verdade que para Paulo a ressurreição de Cristo marcava o início da era escatológica (1 Co 15.20-23; 2 Tm 1.10), mas seu cumprimento pleno é visto, ainda, como futuro, na segunda vinda dele e na ressurreição/transformação dos que lhe pertencem (1 Co 15.23, 50-57; cf. 2 Tm 4.1; Tt 2.13). Já participamos dos últimos dias, mas ainda não completamente. Portanto, a citação

de 1 Coríntios 15.54 pelo autor do livro,⁶ como indicação de uma compreensão paulina do cumprimento presente das expectativas escatológicas, é totalmente inadequada e fora de contexto, já que Paulo faz este pronunciamento diante de algo que ainda está por se cumprir, não como uma realidade completamente presente (τό τε γενήσεται ὁ λόγος ὁ γεγραμμένος, Κατεπόθη ὁ θάνατος εἰς νῆκος).

Além disso, a suposta desmitologização radical de João, interpretando o julgamento e ressurreição escatológicos como ocorridos totalmente na ressurreição de Jesus (“Para João, a ressurreição de Jesus, Pentecostes e a *parousia* são um só e mesmo acontecimento”⁷), conforme defende Bultmann, não pode ser sustentada diante de um exame mais acurado da escatologia joanina. Por exemplo, no evangelho há a menção da ressurreição futura no “último dia” (Jo 6.39-40, 44, 54) e de um juízo ainda por se dar no “último dia” (Jo 12.48). Na primeira Epístola, a *parousia* é um acontecimento futuro que se aguarda com esperança, não um evento concretizado no passado (1 Jo 3.2-3).

Outro ponto baixo, dos dois últimos capítulos resumidos, se dá quando o autor busca explicar o significado de fé na proclamação neotestamentária. Sem dúvida, ele acerta em dizer que fé implica em deixar a confiança em si mesmo e depositá-la exclusivamente em Deus (cf. Gl 3.1-13). Todavia, a fé na pregação bíblica não se perfaz simplesmente num abandono abstrato da própria seguridade para se lançar num encontro existencial com o divino, mas, requer, também, atitudes específicas como a confissão de que os pecados pessoais ofendem a santidade de Deus e afastam o ser humano dele, além da confiança na salvação oferecida por Ele, em sua infinita graça, mediante seu Filho, que torna possível a reconciliação entre o homem e Deus (Rm 3.9-26; Ef 2.1-18).

Portanto, a fé não subentende o abandono da razão, como propõe Bultmann, mas o uso desta para entender a mensagem clara e inteligível do evangelho, depositando a confiança em tal mensagem. A mudança de vida mediante a fé em Cristo se caracteriza pela *compreensão da verdade* e por uma transformação radical no *modo de pensar*, conforme o ensino paulino (Ef 4.17-24). Ainda que Deus seja incompreensível, Ele é cognoscível e sua

⁶ *Idem.* p. 26.

⁷ *Idem.* p. 27.

ação redentora pode ser vista na história humana mediante a vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo (Rm 5.8; Hb 1.1; 1 Jo 4.9-16).

O autor lida com a relação entre hermenêutica e filosofia, especialmente com a filosofia existencialista, no capítulo quatro (p. 36-47). Busca demonstrar como a filosofia influenciou certas escolas teológicas na interpretação bíblica, a fim de validar o argumento de que todo intérprete se dirige ao texto debaixo da influência de certas pressuposições. Há uma diferenciação entre pressuposições metodológicas na exegese, que Bultmann entende como legítimas, e pressuposições quanto ao resultado que determina o estudo hermenêutico, consideradas inadequadas e ilegítimas. Ele define o método como o sistema de indagação do texto, o qual varia conforme o interesse do leitor na abordagem de seu objeto de estudo. O autor desenvolve o conceito de “relação vital”, o qual envolve a compreensão prévia de determinado assunto para o estudo deste mesmo assunto dentro de um texto.

Bultmann reconhece a validade dos métodos de investigação histórica no estudo bíblico, todavia, entende que a Bíblia é mais do que uma fonte histórica e se deve escutá-la no que tem a dizer sobre a verdade acerca da vida e da alma do homem moderno. A relação vital traçada pelo livro como metodologia para a leitura da Bíblia se dá na indagação humana acerca de sua existência que, para o autor, é idêntica à indagação a respeito de Deus.

Deste modo, a filosofia existencialista é vista como a concepção metodológica mais adequada para a orientação da exegese bíblica, pois, mostra ao homem a sua necessidade de existir, sem determinar a maneira pela qual esta existência deva ocorrer. Para Bultmann, a análise existencialista auxilia na leitura das Escrituras como a Palavra que interpela cada homem de modo pessoal e o chama a uma decisão. O fato de que a análise existencial não leve em conta a relação do homem com Deus, isto não a torna inadequada para o estudo da Palavra, mas revela um âmbito em que apenas a fé é capaz de compreender e mostra que Deus está além do próprio ser humano.

As observações de Bultmann quanto à impossibilidade de se ler um texto sem quaisquer pressuposições são pertinentes e importantes. Os próprios exemplos apresentados por ele mostram como as pressuposições influem fortemente na interpretação dos conceitos bíblicos. É muito positiva a distinção entre pressuposições que moldam a metodologia e

aquelas que influem no resultado, pois, auxilia o intérprete a entender que, apesar de não se poder ler um texto sem concepções prévias, tais concepções não podem determinar a conclusão da leitura de um texto.

A percepção sobre a necessidade de se interpretar a Bíblia não apenas como uma fonte histórica que possibilita a reconstrução do passado, mas, especialmente, como a Palavra de Deus que interpela o homem acerca da verdade quanto à sua vida e alma é elogiável e salutar. Nesse sentido, o autor demonstra uma sensibilidade ao propósito dos escritores bíblicos, os quais escreveram seus livros e cartas com uma preocupação didática quanto à vida cristã. Conseqüentemente, Bultmann chega à importante conclusão de que “na Bíblia encontraremos palavras autoritativas”.⁸

O uso da filosofia existencialista defendida por Bultmann como método hermenêutico é questionável. Para isso, ele segue alguns passos argumentativos que requerem atenção. Primeiramente, o autor afirma, citando uma frase célebre de Agostinho,⁹ que o homem estabelece uma relação com Deus, ao buscá-lo, e possui certo conhecimento prévio da ação de Deus em Cristo.¹⁰ Deve-se observar que a argumentação de Bultmann não se sustenta dentro da estrutura do pensamento de Agostinho, pois, apesar deste reconhecer a sede humana natural por Deus, tanto na frase citada quanto na continuidade do texto no Livro I, capítulo 1 de Confissões, o pai da Igreja declara que na busca do homem por Deus há o risco de se invocar outro em lugar dele,¹¹ e a invocação ao Deus verdadeiro se dá apenas mediante a fé na Palavra pregada, não de forma prévia e natural.¹²

Não é de se admirar que o autor busque uma justificativa para esta sua observação fora do NT. Pois, a teologia do NT é clara em revelar a tendência natural do homem em se afastar do conhecimento disponível na criação a respeito de Deus, adorando a criatura em lugar do Criador (Rm 1.18-25). Além disso, apesar de possuir a imagem divina desconfigurada dentro de si (cf. Rm 2.14-15; 3.23; Tg 3.9), o ser humano só experimenta

⁸ *Idem.* p. 43.

⁹ “*Tu nos fecisti ad te, et cor nostrum inquietum est, donec requiescat in te*” (“Fizeste-nos para ti, e o nosso coração só encontrará descanso quando repousar em ti”).

¹⁰ BULTMANN, Rudolf. *Op cit.* p. 42.

¹¹ Ver AUGUSTINUS, Aurelius. *Confissões*. Série: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 37.

¹² Cf. *Idem.* p. 37-38. Ver, também, Livro II, Capítulo 6.

real relacionamento com Deus por meio da fé na pessoa e obra de Cristo (Jo 14.6, 9; Ef 2.1-18). E esta fé na ação de Deus em Cristo não é inata ao homem, mas, se torna possível quando ele ouve a mensagem do evangelho (Rm 10.17; Ef 1.13).

Um segundo ponto questionável defendido por Bultmann é a afirmação de que a indagação orientadora da interpretação bíblica diz respeito à existência humana, pois esta se iguala à indagação acerca de Deus. Diante disso, ele propõe a análise existencial como a mais adequada desde que foca na necessidade primária do homem em existir, o que implica em conhecer a Deus por meio de encontros no seu “aqui” e “agora”.¹³ O problema maior com esta proposta filosófico-hermenêutica é que sua metodologia de estudo parte de fundamentos externos à própria Bíblia, isto é, não levam em conta a proposta bíblica quanto à existência do homem e de sua maior necessidade. Ainda mais, a proposta filosófica existencialista de Bultmann peca em limitar Deus e sua revelação aos encontros existenciais experimentados pelo ser humano.

Logicamente, o questionamento do homem acerca de sua própria existência, dentro das Escrituras, o levará a Deus como seu Criador e Sustentador (At 4.24; 14.15-17; 17.24-28; Cl 3.10; Tg 3.9; Ap 10.6). Todavia, a teologia neotestamentária não foca a existência humana como sua preocupação maior, mas sim, a glória de Deus e Sua revelação por meio de Cristo. Em outras palavras, o centro hermenêutico do NT é teológico/cristológico, não antropológico. A pergunta orientadora para a exegese, apresentada pelo NT não é “De que modo devo existir?”, mas sim, “Como a revelação de Deus em Cristo reconcilia a humanidade com o seu Criador e lhe possibilita um viver para a glória dEle?” (cf. Jo 1.14-18; 14.6, 9; Rm 1.18ss; 3.9-26; 2 Co 5.15-20; Ef 1.3-14; 4.20-24; Fp 2.5-11; Cl 3.9-10; 1 Pe 2.9-10; 2 Pe 1.2-4; *et al*). Deus não se limita à existência pessoal humana, mas a existência do homem depende totalmente de Deus e de Seu ato redentor em Cristo.

No quinto e último capítulo (p. 49-67), Bultmann concentra seus esforços para refutar argumentos contrários ao programa hermenêutico da desmitologização e do entendimento de Deus como ato. O autor busca demonstrar que a fala a respeito de Deus como ato implica na compreensão de que ele age de modo oculto na história, a ponto de não se poder descrever esta ação de maneira objetiva ou científica, distinguindo-se da fala

¹³ BULTMANN, Rudolf. *Op cit.* p. 42-45.

mitológica que enxerga Deus intervindo objetivamente na história e rompendo com a ordem natural dos acontecimentos. Também, argumenta que a visão acerca da atuação oculta de Deus nos acontecimentos da história não significa panteísmo, pois, por ser oculta esta ação difere dos eventos naturais em si e só é perceptível de modo pessoal, não como um enunciado geral a respeito da imanência divina.

O autor trabalha, ainda, com a possibilidade de se falar de Deus, sem incorrer em linguagem mitológica e propõe a rejeição desta em prol da linguagem analógica existencial, isto é, uma linguagem que descreve o encontro com Deus, da mesma forma como se fala das relações existenciais humanas. Isto não implica a limitação da existência de Deus meramente às experiências subjetivas e psicológicas humanas, pois, assim como os fenômenos (e.g. amor, confiança) que ocorrem nas experiências humanas entre amigos, pais e filhos não podem ser captados totalmente por uma metodologia objetiva e isso não anula sua existência, assim, também, a existência real de Deus não pode ser anulada por ser vivenciada apenas no âmbito da fé.

Na segunda parte do último capítulo, o autor defende a concepção de que a nova auto-compreensão do crente se acha em mudança e avaliação contínuas, conforme se processam os encontros existenciais da fé em resposta à Palavra de Deus proclamada no aqui e agora. Isto não nega a ação escatológica de Deus de “uma vez por todas” em Cristo, mas mostra a necessidade da compreensão sobre o evento redentor e a demonstração da graça de Deus proclamados pela Palavra como um evento atuante e que interpela o homem em seu presente. Assim, o paradoxo se estriba no fato de que a Palavra que ocorre aqui e agora se constitui a mesma “coisa”¹⁴ com a palavra proclamada pelos apóstolos e cristalizada no NT.

Por fim, Bultmann conclui que o empreendimento da desmitologização se equipara àquele desenvolvido por Paulo e Lutero na doutrina da justificação somente pela fé. Pois, assim como a fé chama ao abandono de qualquer seguridade nas obras, a desmitologização chama ao abandono da confiança no conhecimento objetivante.

A proposta do autor de que a ação de Deus na história não é suscetível à comprovação científica, de certa forma, faz jus à infinitude divina que não pode ser

¹⁴ Termo usado na tradução. Ver *Idem*. p. 65.

compreendida de forma exaustiva pela razão limitada humana. Todavia, no pensamento bíblico, a natureza e o curso da história revelam a existência e poder do Criador: “Os céus declaram a glória de Deus; o firmamento proclama a obra de suas mãos. Um dia fala disso a outro dia; uma noite o revela a outra noite” (Sl 19.1-2).

O discurso paulino em Atos 14 comprova a perspectiva do cristianismo primitivo de que Deus age na história por meio dos acontecimentos profanos, “... Estamos trazendo as boas novas para vocês, dizendo-lhes que se afastem dessas coisas vãs e se voltem para o Deus vivo que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que neles há ... Deus não ficou sem testemunho: mostrou sua bondade, dando-lhes chuva do céu e colheitas no tempo certo, concedendo-lhes sustento com fartura...” (At 14.15, 17). Bultmann erra ao polarizar o agir de Deus na história como totalmente oculto, algo contrário à afirmação bíblica, e por limitar a ação divina simplesmente ao interior dos acontecimentos seculares, não enxergando como a causa deles.¹⁵

Apesar de sua defesa da compreensão existencialista de Deus e de que ela não nega a existência dele fora da fé, algumas afirmações do autor, no livro, parecem contradizer isso. Quando afirma a ilegitimidade de se falar de Deus como o Criador cósmico ou como o Ser onipotente, capaz de fazer todas as coisas, e defende que tal linguagem só pode ser usada de modo pessoal e existencial, a partir do momento que o homem compreende a si mesmo como criatura de Deus ou percebe o seu poder o angustiando, Bultmann nega a possibilidade do conhecimento ontológico de Deus.¹⁶ É difícil compreender como Deus existe fora da fé, se não se pode falar dele como transcendente a ela, mas, apenas dentro da auto-compreensão existencial.

Além disso, mesmo que a revelação do caráter e atributos divinos ocorram dentro da história do povo de Deus, isso não significa que Seu ser se limita à fé humana, isto é, Deus permanece sendo quem é, independentemente do homem encontrá-lo pela fé ou rejeitá-lo. Mesmo diante da recusa do ser humano em conhecer e crer no Deus revelado pela criação, ele continua possuindo seus atributos invisíveis, sua natureza e seu poder eterno (Rm 1.19-25).

¹⁵ Cf. *Idem.* p. 49-50.

¹⁶ Cf. *Idem.* p. 51, 55-56.

Ao falar sobre a Palavra viva de Deus que teve sua origem num acontecimento histórico, isto é, em Jesus Cristo, ele não explica de modo claro o que este evento histórico traduz¹⁷ e questiona se “a pessoa e a obra de Jesus Cristo têm de ser entendidas por nós como a obra divina da redenção”.¹⁸ Somado a isso, Bultmann alega serem ilegítimas as concepções bíblicas cultural, em que Deus oferece seu filho como vítima propiciatória, e jurídica, a não ser que sejam vistas como símbolos da fé.¹⁹ Assim, surge a questão sobre o modo pelo qual o autor aplicaria a desmitologização às afirmações joaninas de Cristo como o sacrifício ou propiciação pelos pecados dos homens (Jo 1.29; 1 Jo 2.1-2; 4.10), ou ao conceito forense da justificação humana pela fé em Cristo, desenvolvido por Paulo (Rm 1 – 5).

A eloquência de Bultmann na parte final do capítulo cinco, correlacionando o empreendimento da justificação pela fé com o da desmitologização, não legitima sua proposta hermenêutica cujas rachaduras são perceptíveis no livro. Certamente, há observações importantes e pertinentes que chamam a atenção para a necessidade de um método hermenêutico relevante e honesto. Todavia, as pressuposições da análise existencialista são estranhas ao pensamento bíblico e, portanto, não contribuem no desenvolvimento de uma exegese adequada ao texto sagrado.

Cabe salientar, por último, a necessidade de uma revisão da grafia das expressões gregas, na última edição em português, que traz erros graves para uma publicação direcionada, especialmente, à academia teológica. A página vinte e sete, por exemplo, contém vários erros nítidos de acentuação e de uso errado da aspiração no começo das palavras.

Tiago Abdalla T. Neto*

***Pastor da igreja Batista Nova Esperança e professor de teologia do Seminário Batista de Guarulhos. Bacharel em Teologia pelo Seminário Bíblico Palavra da Vida (SBPV)
Mestre em Teologia Bíblica pelo Seminário Teológico Servo de Cristo e Mestrando em Teologia e Exposição do AT pelo SBPV***

¹⁷ Ver *Idem.* p. 62-65.

¹⁸ *Idem.* p. 63.

¹⁹ *Idem.* p. 56.

